

Depois de uma reunião que durou mais de duas horas, governo e oposição não se entenderam sobre a indexação dos salários.

Sem acordo, votação da lei salarial é adiada.

O Congresso adiou para amanhã a votação da Medida Provisória dos salários, após mais um dia de negociações mal-sucedidas entre o governo e a oposição. O deputado federal Tidei de Lima (PMDB-SP) saiu do encontro com o secretário de política econômica, Antonio Kandir, sem conseguir convencê-lo a aceitar a indexação dos salários até a faixa de Cr\$ 63 mil.

“O Kandir está intransigente, mas titubeia”, afirmou o deputado ao anunciar o adiamento da votação — contra a orientação do seu líder, o gaúcho Ibsen Pinheiro, que pretendia encerrar as conversações caso o governo não oferecesse, ontem, uma contraproposta. Tidei ainda acredita num possível acordo. O encontro durou duas horas e meia e contou com a participação dos líderes do governo no Congresso: o deputado Humberto Souto (PFL-MG) e o senador José Ignácio (PST-ES).

Sem chances

Os obstáculos para a aceitação da indexação salarial são intransponíveis. “Há um muro nessa questão”, disse o senador José Ignácio. Diante do impasse, o deputado Humberto Souto acredita que o governo acabará reeditando, em fevereiro próximo e pela oitava vez a Medida dos salários — o que motivou a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de declará-la, em princípio, inconstitucional na semana passada.

“A reedição provocará uma nova manifestação do STF”, argumentou Humberto Souto. A mesma MP chegaria ao Congresso na Legislatura com início marcado para fevereiro e que foi eleita em outubro passado — com uma renovação de 63% das cadeiras da Câmara dos Deputados. O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, que também considerou ilegal a reedição da MP depois de sua recusa no Congresso, já afirmou que não estudou e, portanto, não tem opinião formada sobre a constitucionalidade da re-

edição em nova Legislatura.

Se não houver acordo, o deputado Tidei pretende apresentar seu relatório, isto é, um projeto de conversão da MP do governo, aproveitando dela apenas o abono variável entre 5% e 12% a ser aplicado neste mês aos salários de até Cr\$ 120 mil. Não haveria problemas para sua aprovação e a política salarial passaria a ser a que foi aprovada em abril passado e que dá ao Ministério da Economia o poder de préfixar os salários mensalmente — desde que o índice mínimo não seja inferior à variação dos preços nos últimos 30 dias, isto é, à inflação do mês anterior. Com a reedição da MP em fevereiro, contudo, essa indexação generalizada nem chegaria a ser aplicada aos salários.



O deputado Tidei de Lima e o secretário Antonio Kandir (em primeiro plano): sem acordo sobre a indexação dos salários.

Wilson Pedrosa/AE